

Programas de Cooperação Territorial Europeia 2007-2013

PORTUGAL

(SUDOE e INTERREGIONAL)



O objectivo “Cooperação Territorial Europeia” (CTE) para 2007-2013

- ✓ A “Cooperação Territorial Europeia” constitui, no período de programação 2007-2013, o **terceiro objectivo** da política estrutural da União Europeia, a par com os objectivos “Convergência” e “Competitividade Regional e Emprego”
- ✓ EM PORTUGAL o governo assumiu que o Objectivo “Cooperação Territorial Europeia” será **parte integrante** do Quadro de Referência Estratégica Nacional (QREN), de Portugal, no período programação 2007-2013, a par dos Objectivos “Convergência” e “Competitividade” [aspecto facultativo] **Lógica de articulação e complementaridade estratégica.**

✓ A União Europeia (por intermédio do Regulamento Geral 1083/2006), definiu que objectivo “Cooperação Territorial Europeia” destina-se a ***“reforçar a cooperação transfronteiriça através de iniciativas locais e regionais conjuntas, a reforçar a cooperação transnacional mediante acções em matéria de desenvolvimento territorial integrado relacionado com as prioridades da Comunidade [inovação, ambiente, acessibilidades, desenvolvimento urbano sustentado], e a reforçar a cooperação interregional e o intercâmbio de experiências ao nível territorial adequado.”***

✓ As Orientações Estratégicas da programação referem ainda que ***“A finalidade do novo objectivo consiste em promover uma maior integração do território da União em todas as suas dimensões. Desse modo, a política de coesão apoia o desenvolvimento equilibrado e sustentável do território da UE e reduz os «efeitos de barreira» através da cooperação e do intercâmbio das melhores práticas”.***

Prioridades temáticas para a Cooperação Transnacional devem resultar:

- ✓ Do quadro global que é fornecido pelas propostas de **Regulamento** geral e do FEDER, bem como das **Orientações** para a Política de Coesão;
- ✓ Das especificidades da cooperação transnacional que decorrem das **vocações de cada espaço** de cooperação propostas pela Comissão Europeia;
- ✓ Do respeito pelo **princípios estruturantes do QREN** e da respectiva coerência Estratégica traduzida numa “vocação” nacional para cada espaço de cooperação;
- ✓ [Já que uma região participa em mais do que um espaço] da inclusão das **prioridades regionais** em cada programa por forma a respeitar a vocação temática atribuída a cada espaço.

Contexto de quebra dos recursos financeiros - uma maior escassez de recursos disponíveis para a Cooperação, em Portugal (preços 2006)

Total de 98,9 ME (FEDER) dos quais, cerca de 60,8 ME (FEDER) – são para a vertente transfronteiriça (Portugal – Espanha e ENPI) e cerca de 38,1 ME (FEDER) – são para a vertente transnacional. (O montante nacional corresponde a cerca de 25% do período 2000-2006; o PO Transfronteiriço, corresponde a 20% do período 2000-2006)

A vertente interregional conta 321 ME para (envelope financeiro para EU 27 + 2 sem repartição por Estado.)

Conduz: ao reforço da concentração (temática), ao aumento da selectividade dos projectos e ao recurso a processos de complementaridade entre programas operacionais

No entanto: o volume financeiro FEDER global para os programas com participação nacional é de 1.214 MEUROS.



A participação de Portugal neste objectivo está prevista nos espaços de cooperação seguintes:

Espaços transfronteiriços: Programa Operacional de Cooperação Tranfronteirça Portugal – Espanha, herdeiro do Programa de Iniciativa Comunitária (PIC) INTERREG III-A e Instrumento Europeu da Política de Vizinhança da UE com países da Bacia Mediterrânica (ENPI)

Espaços transnacionais: (propostos pela Comissão Europeia em 2005). Portugal participa em 4 dos 11 espaços transnacionais: Espaço Atlântico, Espaço Sudoeste Europeu, Espaço Mediterrânico e Espaço Madeira – Açores – Canárias

Espaço de cooperação Interregional: PO de cooperação interregional, herdeiro do PIC INTERREG III-C e programas das redes europeias (INTERACT, ESPON e URBACT)

Forma organizativa nacional para a programação dos programas

- ✓ Criação do **Grupo de Trabalho de Cooperação Territorial Europeia**, por Despacho de Senhor Secretário de Estado do Desenvolvimento Regional (despacho n.º 10 906/2006 de 17 de Maio), cuja missão principal é a preparação do próximo período de Programação, no âmbito da Cooperação T.E., bem com a negociação dos respectivos Programas com a Comissão Europeia.
- ✓ Foi assumida uma **lógica de programação mista Administração Central/Regional** com participação das regiões nos grupos de programação atendendo a sua elegibilidade específica a cada programa operacional e de forma repartida. Ainda envolvimento da **ANMP**, nos programas mais relevantes.



Participação das regiões portuguesas nos grupos de programação dos programas CTE 2007-2013 (nível NUTS II)

Regiões Portuguesas	Transfronteiriço Portugal – Espanha	ENPI	Espaço Atlântico	SUDOE	MED	MAC	Inter-regional
Norte							
Centro							
Lisboa e Vale do Tejo							
Alentejo							
Algarve							
Madeira							
Açores							

Os desígnios nacionais – elevação do perfil da participação Portuguesa

A participação Portuguesa nos programas do objectivo CTE é marcada por **mudanças significativas** face à anterior geração “INTERREG”:

- pelo **elevar o perfil** da participação de Portugal na Cooperação, tanto na definição de **prioridades**, como no envolvimento na **gestão** dos PO;
- pelo desenvolvimento de uma **cooperação de “nova geração”**, fundada em princípios de programação bem definidos;
- pela procura de **(novas) sinergias entre diferentes intervenções**, promovendo-se articulações e complementaridades dos Programas de Cooperação com as demais intervenções Operacionais regionais;
- pela **definição de objectivos Nacionais** para cada Programa de Cooperação (lógica de complementaridade regional regiões / espaços).

Responsabilidades de Gestão nos PO CTE - PORTUGAL

Programas Operacionais	Autoridade de GESTÃO	Autoridade de CERTIFICAÇÃO	Autoridade de AUDITORIA
Transfront. PT/ES	Direcção Geral de Fundos Comunitários do Ministério de Economia e Fazenda (ES)	Instituto Financeiro do Desenvolvimento Regional (PT)	Intervenção Geral da Administração do Estado (ES)
Espaço Atlântico	Comissão de Coordenação Desenvolvimento Regional do Norte	Instituto Financeiro do Desenvolvimento Regional (PT)	Inspeção Geral de Finanças (PT)
SUDOE	Comunidade Autónoma da Cantábria	Direcção Geral de Fundos Comunitários do Ministério de Economia e Fazenda (ES)	Intervenção Geral da Administração do Estado (ES)
MAC	Comunidade Autónoma das Canárias	Região Autónoma da Madeira – Secretaria Regional do Plano e Finanças (Gestão Regional do INTERREG). (PT)	Intervenção Regional da Administração das Canárias (ES)
MED	Conselho Regional Provence-Alpes-Cote d'Azur (Marselha-FR)	Caisse des Dépôts et Consignations (FR)	Comité interministerial para a coordenação do controlo dos FE (FR)
Interregional	Conselho Regional de Nord – Pas de Calais (Lille - FR)	Caisse des Dépôts et Consignations (FR)	Comité Inter-Ministerial para a Coordenação do Controlo – Fundos Estruturais

QUADRO DE FINANCIAMENTO

Participação financeira de Portugal

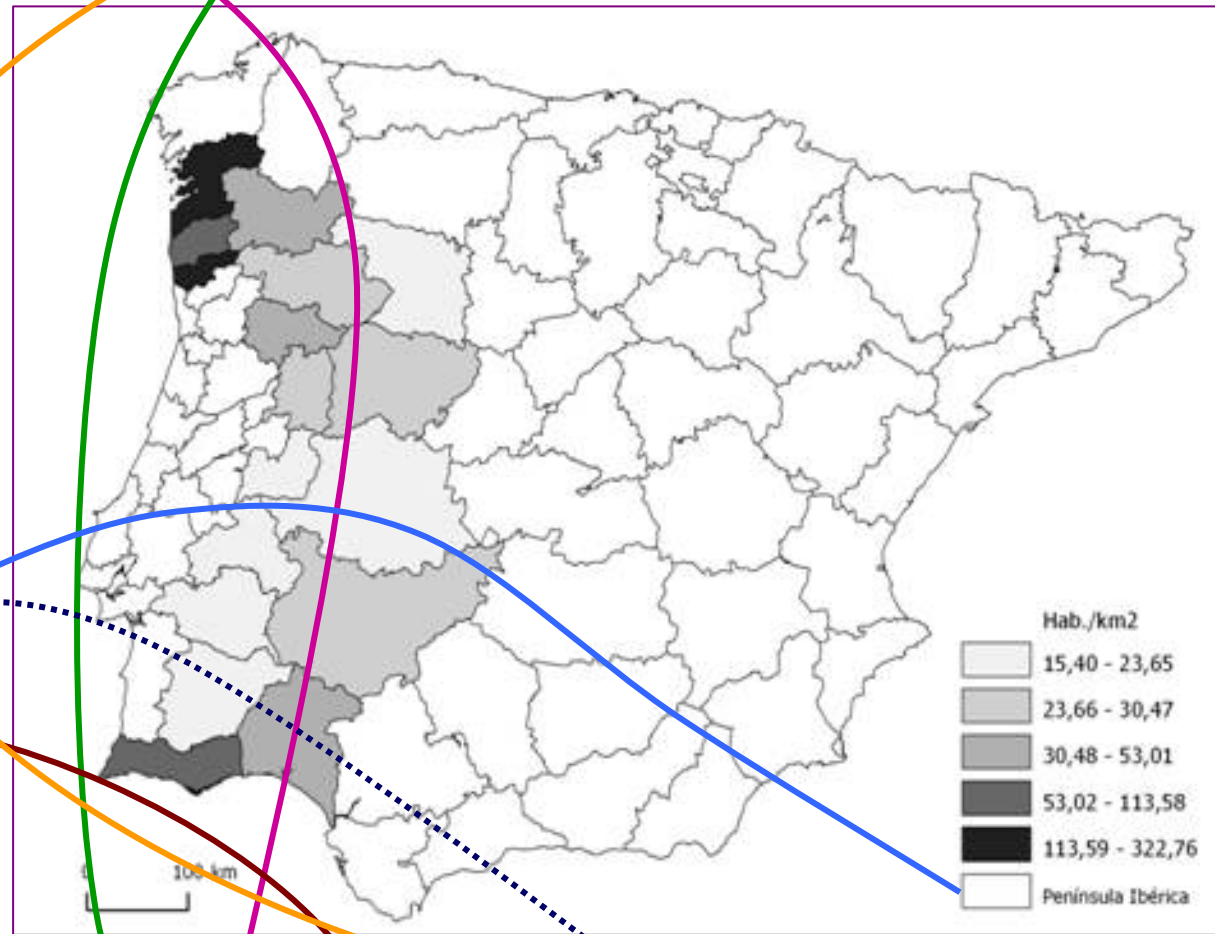
Dotações totais por Programa Operacional

		FEDER PT	FEDER PO
Transfronteiriço (PT-ES) tx apoio FEDER (indicat.)	€ %	60,20 75,00	270,00
**ENPI tx apoio FEDER (indicat.)	€ %	0,66 90,00	173,60
Açores/Madeira/Canárias tx apoio FEDER (indicat.)	€ %	10,40 85,00	55,40
Espaço Atlântico tx apoio FEDER (indicat.)	€ %	16,20 60,00	101,00
Mediterrâneo tx apoio FEDER (indicat.)	€ %	4,04 75,00	191,00
Sudoeste tx apoio FEDER (indicat.)	€ %	7,51 75,00	99,40
Interregional	€		321,00
Total CTE tx média	€ %	98,99 73,00	1.211,40

(*) Preços correntes (2006)

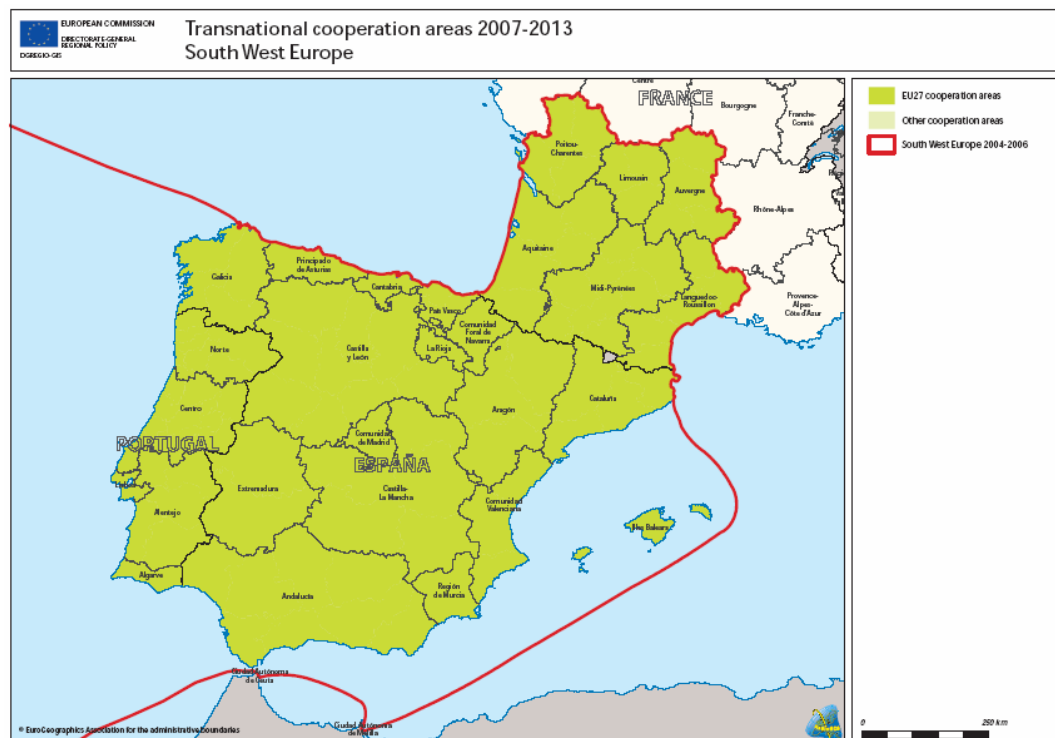
(**) ENPI - European Neighbourhood Policy Instrument

Em resumo ...



Espaço Sudoeste Europeu (SUDOE)

Cooperação Transnacional 2007-2013 - Espaço Sudoeste



**Elegibilidade
geográfica
nacional**

Todas as
Regiões NUT II
do Continente

**Prioridades
Temáticas Nacionais
para a Cooperação**

Conectividade
Internacional da
Península Ibérica;
prevenção de riscos
naturais (incêndios)

Estruturas de Gestão

estabelecidas em Junho 2006

- A Autoridade de Gestão : Comunidade Autónoma da Cantábria / *Dirección General de Economía* – Espanha, Santander;
- A Autoridade de Certificação : *Dirección General de Fondos Comunitarios, Ministerio de Economía e Hacienda* – Espanha, Madrid;
- Autoridade de Auditoria: *Intervención General de la Adinistracion del Estado español (IGAE)* – Espanha, Madrid;
- O STC ficará sediado em Santander.



Objectivo Global do Programa

Contribuir para o reforço da Coesão Económica e Social das Regiões do Sudoeste Europeu através da Cooperação nos seguintes domínios:

- Inovação
- Sustentabilidade
- Território

Montantes financeiros indicativos do PO **FEDER**

Un: milhões de Euros

- FEDER total do PO: cerca de 99,4 milhões de Euros
FEDER
- Contribuição de Portugal:
7.506.850 € FEDER

Espanha	54,3
França	37,4
Portugal	7,5
Gibraltar (UK)	0.2

Estrutura do PO por Prioridades Estratégicas (Eixos)

- **Prioridade 1** – Promoção da inovação e constituição de redes estáveis de cooperação em matéria tecnológica
- **Prioridade 2** – Melhoria da sustentabilidade para a protecção e conservação do ambiente e meio natural do SUDOÉ
- **Prioridade 3** – Integração harmoniosa do espaço do SUDOÉ e melhoria da acessibilidade às redes de informação
- **Prioridade 4** – Impulsionar o desenvolvimento urbano sustentável, aproveitando os efeitos positivos da cooperação transnacional
- **Prioridade 5** – Assistência Técnica

Estrutura do PO por Prioridades Estratégicas (financiamento)

Prioridades	FEDER (Meuros)	FEDER (%)
1. Inovação e Redes de Cooperação em matéria tecnológica	32,5	32,9%
2. Sustentabilidade para a Conservação do Ambiente e Natureza	23,1	23,5%
3. Integração do espaço e melhoria das acessibilidades	23,6	23,5%
4. Desenvolvimento urbano	14,2	14,1%
3. Assistência Técnica	6,4	6%

Prioridades Estratégicas assumidas em sede de Grupo de programação conjunto para o programa Espaço Sudoeste Europeu

P1 – Promoção da inovação e constituição de redes estáveis de cooperação em matéria tecnológica

- Obj.1** - Desenvolver investigações de tipo tecnológico e experiências piloto com elevado potencial para a transferibilidade dos seus resultados;
- Obj.2** - Configurar redes estáveis no âmbito do SUDOE para a criação, intercâmbio e transferência de inovações e de novos conhecimentos;
- Obj.3** - Reforçar a **competitividade** e a capacidade de inovação nos segmentos de maior interesse da economia do SUDOE.

P2 – Melhoria da sustentabilidade para a protecção e conservação do ambiente e do meio natural do SUDOE

- Obj.4** - Preservar e melhorar o valor patrimonial dos espaços e dos recursos naturais;
- Obj.5** - Melhorar a **gestão dos recursos naturais**, em especial, fomentando a eficiência energética e a utilização sustentável dos **recursos hídricos**;
- Obj.6** - Impulsionar estratégias de cooperação conjuntas a favor da **prevenção de riscos naturais, em particular, do risco de incêndios**, de inundações, de carácter sísmico, de desflorestação, de desertificação ou de contaminação, entre outros possíveis.

P3 – Integração harmoniosa do espaço SUDOE e melhoria da acessibilidade às redes de informação

Obj.7- Integrar a multimodalidade no transporte e inter conectividade das redes numa óptica transnacional;

Obj.8 - Promover condições de igualdade territorial no acesso a infra-estruturas de comunicação, à sociedade de informação aos conhecimentos.

P4 – Impulsionar o desenvolvimento urbano sustentável aproveitando os efeitos positivos da cooperação transnacional

Obj.9 - Aproveitar sinergias entre zonas urbanas e rurais para impulsionar o desenvolvimento sustentável do SUDOE, mediante a associação de recursos e conhecimentos;

Obj.10 - Aumentar o dinamismo socio-económico dos municípios e regiões do SUDOE mediante a sua inclusão em redes de cooperação;

Obj.11 - Valorizar o património cultural com interesse transnacional e a identidade do espaço do SUDOE.

P AT – Reforço da capacidade institucional e aproveitamento da assistência técnica 6%

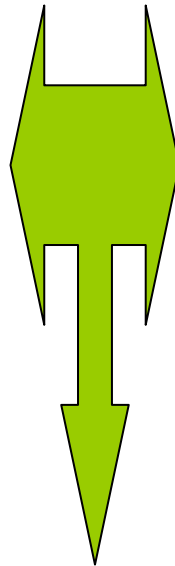
Beneficiários Potenciais do PO SUDOE (Exemplos)

- ✓ Administração Central e Regional;
- ✓ Municípios;
- ✓ Universidades;
- ✓ Agências de desenvolvimento regional e local;
- ✓ Associações profissionais, interprofissionais;
- ✓ Associações culturais;
- ✓ Fundações;
- ✓ Associações de produtores;

- ✓ Associações de fabricantes;
- ✓ Câmaras de Comércio e Indústria;
- ✓ Centros de ensino e institutos de investigação
- ✓ Centros de parques tecnológicos;
- ✓ Actores públicos de inovação e transferência tecnológica;
- ✓ Parques nacionais
- ✓ Conselhos Reguladores de Denominação de Origem

PROJECTOS ESTRUTURANTES

- ✓ Estruturação global do território com investimentos de maior dimensão (projectos com maior impacto e efeitos positivos sobre o território).
- ✓ Estratégicos: projectos de investigação, desenvolvimento e inovação, redes de excelência, acessibilidades e ordenamento do território, planeamento ambiental conjunto ou gestão dos recursos.



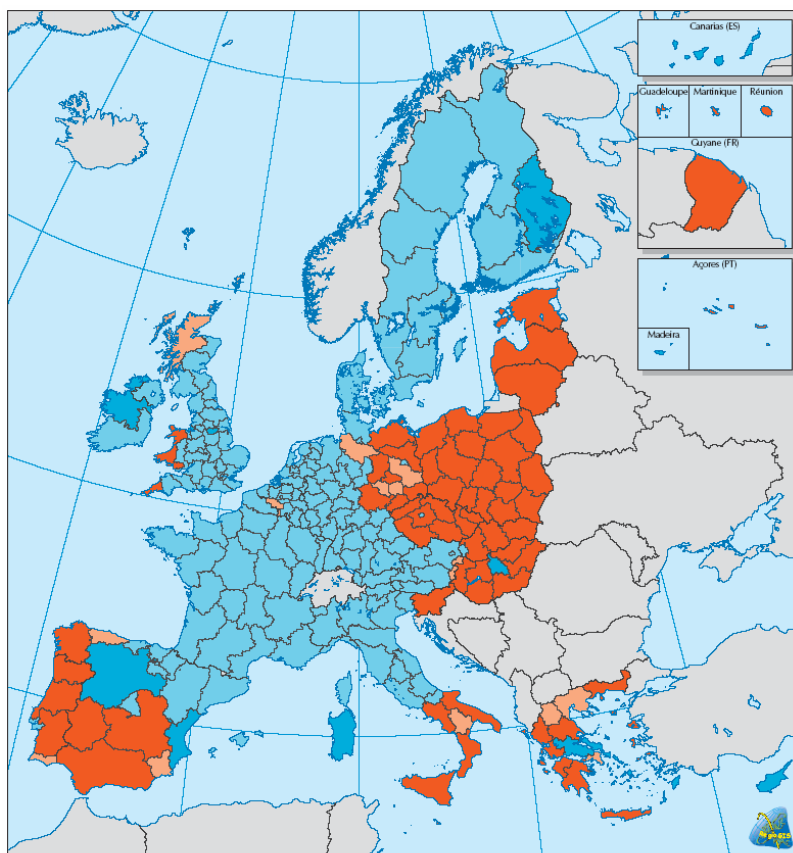
Resultados esperados:

- ✓ Tratamento adequado dos desafios transnacionais
- ✓ Escolha dos parceiros certos (horizontais e verticais)
- ✓ Massa crítica de recursos para conseguir conjuntamente o que não se conseguia separadamente.
- ✓ Contribuição para coesão territorial europeia graças a um processo integrado que adicione mais valia aos demais tipos de cooperação transnacional.

CONVOCATÓRIAS TEMÁTICAS

Cooperação INTERREGIONAL (todos os Estados da União)





EU25: Convergence and Competitiveness Objectives 2007-2013

- Convergence Regions
- Phasing-out Regions
- Phasing-in Regions
- Competitiveness and Employment Regions

Based on Eurostat GDP/head data available in April 2005,
and on Financial Perspective agreement December 2005

0 100 200km

© EuroGeographics Association for the administrative boundaries

Elegibilidade geográfica Nacional	Prioridades e Objectivos Comunitários (Reg. 1080/2006)
Todo o território nacional	Reforço da eficácia da política regional no âmbito da realização dos Objectivos da Agenda de Lisboa e Gotemburgo

Regions for Economic Change (RfEC) - Iniciativa da Comissão Europeia

- *Redes estratégicas de âmbito temático*: Capitalização e transferência de boas práticas europeias e know-how na implementação da Estratégia de Lisboa “renovada”.
- *“Projectos Fast Track”*: Acção incluída na RfEC que visa “testar” novas ideias orientadas para a obtenção rápida de resultados. Rápida disseminação nos Objectivos “Convergência” e “Competitividade” (o “mainstream” da Política Regional). A COM como líder nestas acções
- Articulação entre Cooperação e o “mainstream” da Política Regional
- Reforço das Acções de visibilidade

Acordo político no último Conselho Informal dos Ministros da Coesão – 21. Nov. 06

O Programa Cooperação Interregional 2007-2013 (*INTERREG IV-C*)

- Novo PO resultará da fusão de INTERREG III-C Sul, Norte, Leste, Oeste
- Forte condução da Comissão Europeia
- Forte articulação com a iniciativa *Regions for Economic Change*
- Participam no novo PO 29 Estados (UE-27, Noruega e Suíça);

Estruturas de Gestão 2007-2013 (Acordo definitivo de 12 de Dezembro 2006 em Bruxelas)

- **A Autoridade de Gestão: Conselho Regional de Nord - Pas de Calais, França com sede em Lille (AG INTERREG III-C-Oeste);**
- **A Autoridade de Certificação: *Caisse des Dépôts et Consignations (CDC)*, em Paris;**
- **Autoridade de Auditoria: Comité Inter-Ministerial para Coordenação do Controlo - Fundos Estruturais, em Paris**
- **O STC (mais robusto) ficará sediado igualmente em Lille**

Objectivo geral

“Aumentar a **eficácia das políticas de desenvolvimento regional, contribuir para a **modernização económica** e aumentar a **competitividade** europeia nas áreas da inovação, economia do conhecimento, ambiente e prevenção de riscos através da cooperação interregional”**

Prioridade temática 1

Inovação e Economia baseada no conhecimento

Temas:

- Inovação, Investigação, Desenvolvimento tecnológico,
- Fomento do espírito empreendedor, apoio destinado às PME,
- Sociedade de Informação,
- Empregabilidade, Capital Humano e Educação.

Prioridade temática 1 - Inovação e Economia baseada no conhecimento

Objectivos operacionais

1. Aumentar as capacidades das regiões em termos de inovação, tecnologia e inovação;
2. Promover espírito empreendedor e novas oportunidades de negócio em todos os sectores economicamente relevantes;
3. Apoiar empresas, em particular PME, no seu crescimento sustentado em termos de inovação através da transferência e partilha comum de serviços;
4. Apoiar a reestruturação das regiões mais dependentes dos sectores tradicionais;
5. Promover a utilização das TIC por empresas, entidades públicas;
6. Aumentar a eficácia das políticas regionais na área do emprego, formação e educação;
7. Apoiar a adaptação das economias regionais aos desafios da globalização e das alterações demográficas.

Prioridade temática 1 - Inovação e Economia baseada no conhecimento

Beneficiários e destinatários finais

- Autoridades públicas com responsabilidades regionais e locais;
- Agências de desenvolvimento regionais;
- Entidades de ensino superior e centros de investigação;
- Operadores na área da ciência e tecnologias, incubadoras de empresas, centros de inovação;
- Actores de apoio à actividade empresarial, especialmente as PME (associações, fundações, câmaras de comércio, etc.)
- Outras entidades públicas ou equivalentes

Prioridade temática 2

Ambiente e prevenção de riscos

Temas:

- Prevenção de riscos naturais e tecnológicos
- Tratamento de esgotos e resíduos,
- Biodiversidade e preservação de património natural
- Energia e sistemas de transportes públicos sustentáveis;
- Património cultural e paisagístico

Prioridade temática 2 – Ambiente e prevenção de riscos

Objectivos operacionais

1. Desenvolvimento de planos e medidas para a prevenção e gestão de riscos naturais;
2. Aumentar a eficácia de tratamento de esgotos;
3. Desenvolvimento de tratamento de resíduos mais sustentável;
4. Acções ligadas à biodiversidade e preservação do património natural (NATURA 2000) e gestão integrada de áreas costeiras;
5. Estimular maior eficiência energética e de transporte;
6. Aumentar o potencial de atracção do território baseado no desenvolvimento socio-económico e através do turismo sustentável e a protecção do património cultural e paisagística

Prioridade temática 2 – Ambiente e prevenção de riscos

Beneficiários e Destinatários finais

- Instituições protectoras da natureza;
- Serviços de emergência e de gestão de crises
- Autoridades responsáveis pela protecção do património cultural e paisagístico;
- Autoridades com responsabilidades na área do turismo;
- Entidades de ensino superior e centros de investigação;
- Entidades públicas ou equivalentes com relevância na área do ambiente e da prevenção de riscos.

Prioridades	FEDER (Meuros)	Peso Financeiro
1. Inovação e Economia baseada no conhecimento	176,7	55%
2. Ambiente e prevenção de riscos	125,3	39%
3. Assistência Técnica	19,3	6%
TOTAL	321,3	100%

	Taxa co-financiamento FEDER	Estados membros
Prioridades 1 e 2	Máx. 75%	Áustria, Bélgica, Dinamarca, Finlândia, França, Alemanha, Irlanda, Itália, Holanda, Espanha, Suécia, Reino Unido
	Máx. 85%	Bulgária, Rep. Checa, Chipre, Estónia, Grécia, Hungria, Lituânia, Letónia, Malta, Polónia, Portugal , Roménia, Eslováquia e Eslovénia
Prioridade 3 (AT)	70%	Todos

Experiências
UE

Programa Operacional de Cooperação Interregional

Iniciativa “Regions for Economic Change!”

Iniciativas
Regionais

Capitalização

P1 – Inovação e sociedade do conhecimento

P2 – Ambiente e prevenção de riscos

PO dos
QREN



Tipo de intervenção 1: *Iniciativas Regionais*

Cooperação conjunta no terreno de actores regionais e locais em temas específicos do desenvolvimento regional.
Continuação da experiência de cooperação interregional
INTERREG-III-C

- Redes Interregionais Temáticas: acumulação e distribuirão a riqueza das experiências, instrumentos e boas praticas desenvolvidas adquiridas no âmbito da cooperação a todos os actores da política regional
- Apoio a uma grande variedade de actividades “clássicas”
- Transferência e partilha de experiências, know-how e boas práticas entre regiões
- Demonstração de obtenção de bons resultados e instrumentos transferíveis

Tipologias de intervenção 2: *Acções Capitalização*

Desenvolvimento da Iniciativa da CE: RfEC e Fast Track

- Transferência e boas práticas e instrumentos em temas específicos do desenvolvimento regional, destinado a regiões que evidenciem atrasos numa área ou tema específico.
- Disseminação pelos programas Convergência e Competitividade;
- Eventual apoio de dinamização pela Comissão Europeia (projectos *Fast Track*);
- Lista temática proposta pela Comissão Europeia;
- Transferência e inclusão das boas práticas nos planos regionais de desenvolvimento e nos Programas Operacionais Convergência e Competitividade – altamente desejável (exigido nos projectos *Fast Track*)
- Possibilidade de apoio técnico e administrativo da Comissão Europeia.

Trabalhos de programação - Etapas do exercício de Programação

Ponto de situação por PO

Programas Operacionais	Primeira reunião do GT de Programação	Consulta Pública sobre o Relatório Ambiental (AAE)	Reunião de orientação com COM	Submissão do PO à COM	Carta de admissibilidade da COM (marca a aceitação do PO de acordo com Reg.)	Previsão para a Decisão da COM
Transfronteiriço	21 MAR	27 NOV – 3 JAN	TODAS AS REUNIÕES SÃO COM A COMISSÃO	15 FEV	22 FEV	JUN
Espaço Atlântico	27 MAR	1 FEV – 1 MAR	15 NOV	5 MAR	21 MAR	JUN
SUDOE	22 MAR	4 DEZ – 1 JAN	13 DEZ	5 MAR	15 MAR	JUN
MAC	17 MAR	n.a.	11 JUL	23 MAR	12 MAR	JUN
MED	5 ABRIL	Em Março	16 MAR	JUN	Não ocorreu ainda	SET
Interregional	11 ABRIL	Em curso para alguns EM	TODAS AS REUNIÕES SÃO COM A COMISSÃO	19 ABR	Não ocorreu ainda (AEA em curso)	JUN Lançamento do PO será em 22 de Setembro 2007 em Lisboa EU2007.PT

Saber mais em:

www.qren.pt

F. Cipriano

Gab. SEDR/ MAOTDR

